

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 4.950, DE 2024

Altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para criar um programa de incentivos à inovação tecnológica no setor de saneamento básico.

Autor: Deputado AMOM MANDEL

Relator: Deputado HILDO ROCHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.950, de 2024, de autoria do Deputado Amom Mandel (Cidadania-AM), pretende incluir o art. 17-A na Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, o novo Marco Legal do Saneamento Básico, para que o Governo Federal em parceria com os demais entes, institua o Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade no Saneamento Básico.

Na justificação o parlamentar embasa a proposição na necessidade de fomento de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de saneamento básico para a implementação de tecnologias mais eficientes e sustentáveis.

Destacando que:

“A ausência de um programa nacional de incentivo à inovação no setor impede a disseminação dessas tecnologias e a criação de um ambiente propício para a atração de investimentos e a geração de empregos qualificados.”

O projeto não possui apensos e foi distribuído às Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Urbano; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art.



24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) foi apresentado parecer do Relator, Dep. Vittor Lippi (PSDB-SP), pela aprovação em 26/06/2025 e aprovado em 13/08/2025. Nesta Comissão não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório

II - VOTO DO RELATOR

Cinco anos após a entrada em vigor do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020), os indicadores de saneamento básico no Brasil mostram-se estagnados¹. No ritmo atual de investimentos e diante da implementação desigual entre os municípios, a universalização dos serviços prevista para 2033, só deve ser alcançada em 2070. O desempenho do país é inferior até mesmo ao de outras nações em desenvolvimento, como México, China e Índia, que já superaram o Brasil em cobertura de esgoto nos últimos anos².

O saneamento básico representa um campo estratégico não apenas para a promoção da saúde pública e da dignidade humana, mas também como motor de inovação tecnológica e de crescimento econômico. Tecnologias emergentes como reatores anaeróbios, áreas úmidas construídas (lagos artificiais com plantas filtrantes), sistemas compactos e modulares de filtração e tratamento local de efluentes, reuso de água tratada para fins não potáveis, sensores de pressão e acústicos, redes de comunicação baseadas em IoT (Internet das Coisas), digestão anaeróbia de resíduos orgânicos, plataformas digitais de logística reversa, recuperação energética de resíduos não recicláveis (*Waste-to-Energy*) ou usinas de recuperação energética (URE), produção de biogás a partir do lodo de esgoto e o uso de modelos digitais preditivos (*digital twins*), por exemplo, estão tornando o saneamento mais eficiente, acessível e sustentável.

¹ Estudo aponta estagnação no saneamento 5 anos após novo Marco Legal. Agência Brasil. 19 ago 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-08/estudo-aponta-estagnacao-no-saneamento-5-anos-apos-novo-marco-legal>

² Brasil avança, mas ainda está longe das metas do saneamento básico. Poder 360. 20 jul 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-infra/brasil-avanca-mas-ainda-esta-longe-das-metas-do-saneamento-basico/>



Essas inovações não só abrem novas oportunidades de trabalho qualificado, como também impulsionam o desenvolvimento de tecnologias nacionais e fortalecem o ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país.

Nesse sentido, a iniciativa legislativa de instituir um Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade no Saneamento Básico apresenta-se como um vetor potencial para um crescimento econômico inteligente e inclusivo. A previsão de uma parceria estruturada entre Governo Federal, estados e municípios é crucial para o êxito da medida, assegurando a construção de soluções conjuntas e adaptadas às realidades locais, em contraposição à imposição de modelos únicos e frequentemente ineficazes.

Não obstante, do ponto de vista constitucional, legal e operacional, contudo, é necessário tecer algumas considerações sobre a proposição.

Quanto ao objeto legislativo, embora a Lei nº 14.026/2020 seja conhecida como o Novo Marco Legal do Saneamento, trata-se eminentemente de uma legislação alteradora da Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007). Em função dessa topografia normativa, opta-se por apresentar as modificações diretamente no texto dos arts. 2º (Princípios Fundamentais), 48 (Diretrizes da União para a Política Federal de Saneamento Básico), 49 (Objetivos desta Política) e 54-B (Definição de investimentos para sustentabilidade e eficiência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico - REISB) da Lei 11.445/2007.

Sobre o mérito, a instituição de um programa de incentivos setoriais a ser implementado pelo Poder Executivo é louvável. A possibilidade de iniciativa parlamentar para propor leis que instituem políticas públicas no âmbito da Administração Pública, sem que isso importe em usurpação de competência do Poder Executivo, tem sido objeto de relevante construção jurisprudencial, notadamente pelo Supremo Tribunal Federal. O marco recente mais expressivo desse entendimento foi o julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) nº 1.495.711/SP, relatado pelo Ministro Flávio Dino e julgado pelo Plenário da Corte em 02 de dezembro de 2024³.

³ Neste julgamento, restou assentado que é constitucional lei municipal de origem parlamentar que estabeleça políticas públicas voltadas ao combate à alienação parental, desde que não interfira na estrutura organizacional da administração, nem na criação de cargos, funções ou aumento de despesas públicas. STF. 02 dez 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6933005>



Embora o precedente trate de temática distinta, a razão jurídica fundamental que sustenta a decisão (*ratio decidendi*) aplica-se ao presente caso, pois o Projeto de Lei em análise limita-se a instituir um Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade no Saneamento Básico, sem inovar na estrutura administrativa ou impor encargos adicionais ao Poder Executivo, mantendo-se, assim, dentro dos limites constitucionais da iniciativa parlamentar. Além disso, o fato de as medidas ocasionarem aumento de despesas para a Administração Pública não é motivo suficiente para limitar a iniciativa de leis aos Chefes do Executivo. Sobre o tema, o Plenário do STF fundamentou a decisão na emblemática Repercussão Geral nº 917⁴ de 2016.

Por fim, acerca dos instrumentos de fomento, a previsão de subsídios, financiamentos e incentivos fiscais para o Programa já se encontra contemplada no âmbito do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), estabelecido no art. 54-A da Lei 11.445/2007, cujo objetivo é precisamente estimular os investimentos das prestadoras de serviços.

Para superar essas lacunas e viabilizar operacionalmente a proposta, apresentamos um substitutivo. Esta versão alternativa preserva a ideia central do Projeto de promover uma sinergia entre sustentabilidade, inclusão e tecnologia, alinhando-a com as metas da Agenda 2030 da ONU e com uma visão moderna de gestão pública, porém dentro dos contornos constitucionais e legais adequados.

Feitos esses breves ajustes, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.950, de 2025, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado HILDO ROCHA
Relator

2025-20459

⁴ Tese da Repercussão Geral nº 917: Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal). Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?ncidente=4744414&numeroProcesso=878911&classeProcesso=ARE&numeroTema=917>

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.950, DE 2024

Altera a Lei nº Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para fomentar a inovação tecnológica no setor de saneamento básico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VIII do art. 2º da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

VIII - estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização de tecnologias apropriadas e soluções inovadoras alinhadas às melhores práticas e experiências internacionais, consideradas a capacidade de pagamento dos usuários, a adoção de soluções graduais e progressivas, a sustentabilidade ambiental e econômica, a incorporação de modelos tecnológicos avançados e digitalizados, além da melhoria contínua da qualidade com ganhos de eficiência e redução de custos para os usuários;

.....”(NR)

Art. 2º O inciso VIII do art. 48 da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

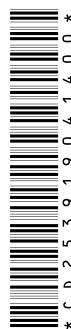
“Art. 48

VIII - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à difusão dos conhecimentos gerados, à cooperação nacional e internacional em pesquisa e à adoção de tecnologias apropriadas e soluções inovadoras, sustentáveis e digitalmente integradas, em consonância com as melhores referências e experiências internacionais, visando o aprimoramento da gestão, o aumento da eficiência operacional, a resiliência dos sistemas e a melhoria contínua da qualidade dos serviços de saneamento básico;

.....”(NR)

Art. 3º O inciso IX do art. 49 da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49



IX - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a cooperação técnica e internacional, a adoção de tecnologias apropriadas e soluções inovadoras, sustentáveis e digitalmente transformadoras, alinhadas às melhores práticas e experiências internacionais, promovendo a difusão e a transferência dos conhecimentos e das tecnologias geradas de interesse para o saneamento básico, de forma a aperfeiçoar a eficiência operacional, a governança dos serviços, a segurança hídrica e a sustentabilidade ambiental e econômica;

.....”(NR)

Art. 3º A Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 49-B:

“Art. 49-B No âmbito da Política Federal de Saneamento Básico, a União em parceria com os estados e municípios, criará o Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade no Saneamento Básico, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras para o tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos, por meio de subsídios, financiamentos e incentivos fiscais.”
(NR)

Art. 4º O inciso IV do art. 54-B da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54

IV - à inovação tecnológica e à transformação digital por meio da pesquisa, do desenvolvimento e da adoção de soluções inovadoras, sustentáveis e inteligentes, alinhadas às melhores práticas e experiências internacionais, que contribuam para o aprimoramento da eficiência operacional, da qualidade dos serviços, da resiliência climática, da sustentabilidade ambiental e econômica, e da melhoria contínua da governança e da prestação dos serviços de saneamento básico.

.....”(NR)

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado HILDO ROCHA
Relator

25-20459

